



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 10.093

**Presidente da Mesa Diretora:** Cláudio Rodrigues de Jesus

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Não votados e/ou não tramitados

**Autoria:** Manoel Stalin Costa Cordeiro

**Data:** 12/01/2021

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 01/2021. (NÃO VOTADO). Altera dispositivos da Lei nº 4.993, de 29/08/2017, que dispõe sobre a instalação de equipamento eliminador de ar, na tubulação do sistema de abastecimento de água (hidrômetro), e dá outras providências.

**Controle Interno – Caixa:** 26.10    **Posição:** 39    **Número de folhas:** 05

---

Espécie: PL  
Categoria: não votada  
CX: 26-10  
Ordem: 33  
Nº 205: 03



# Câmara Municipal de Montes Claros

## PROJETO DE LEI Nº 01/2021

AUTOR:

Ver. Manoel Stalin Costa Cordeiro

ASSUNTO:

Altera Disposiivos da Lei nº 4.993 de 2017, e dá Outras  
Providências.

### MOVIMENTO

- 1 - Entrada - 12/01/2021
- 2 - Comissão Legislação e Justiça
- 3 - \_\_\_\_\_
- 4 - \_\_\_\_\_
- 5 - \_\_\_\_\_
- 6 - \_\_\_\_\_
- 7 - \_\_\_\_\_
- 8 - \_\_\_\_\_
- 9 - \_\_\_\_\_
- 10 - Ent. na sala das Comissões - 01/01/2021 - 8:25

As  
Condições  
de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

**PROJETO DE LEI Nº 01/2021**

**ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 4.993/2017, e dá outras providências.**

O povo do Município de Montes Claros/MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Os artigos 2º e 3º da Lei 4.993/2017 passam a vigorar com a seguinte redação:

(...)

Art. 2º - O teor desta lei será divulgado ao consumidor por meio de informação impressa em local de destaque na conta mensal de água, emitida pela empresa concessionária, durante o período de vigência da concessão entre o município de Montes Claros e a empresa prestadora do serviço de abastecimento de água, bem como, os meios de solicitação e contratação do serviço.

Art. 3º - Os hidrômetros a serem instalados, após publicação desta lei, deverão ter o eliminador de ar instalado conjuntamente, sem ônus adicional para o consumidor, sob pena de multa 50% do Salário Mínimo vigente ao município de Montes Claros/MG, que deverão ser revertidos ao combate a seca e manutenção de estradas na Zona Rural.

Art. 2º - O Município de Montes Claros deverá regulamentar as alterações trazidas por esta lei no prazo de 90 (noventa) dias

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Montes Claros/MG, em 11 de janeiro de 2021.

  
Vereador Manoel Stalin Costa Cordeiro  
Partido: PODEMOS

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
11 / 01 / 2021	
HORA: 11h10	
ASS: KSRP.aldeing	

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 12 DE ABRIL DE 2024  
  
PRESIDENTE



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

### **JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI.**

A lei 4.993 de 29 de agosto de 2017 estabeleceu em seu bojo à faculdade dos consumidores do Município de Montes Claros/MG, de requerer a empresa concessionária do serviço de abastecimento de água a instalação de eliminadores de ar.

No entanto com o escopo de fortificar a legislação vigente, se faz necessária divulgação ampla sobre a oferta da instalação de eliminadores de ar, com todas as suas especificações, atendo assim o também disposto no art. 6º, III, do CDC que estabelece como um dos direitos básicos do Consumidor a informação clara sobre bens e serviços ofertados por fornecedores em todo território nacional.

É necessário ainda que se estabeleça prevenção e punição em razão ao descumprimento da norma vigente, para que haja efetivo cumprimento da legislação, e não se torne ineficaz.

É importante lembrar que os consumidores são hipossuficientes perante aos fornecedores nas relações de consumo, cabendo ao estado em todas as suas esferas zelar pela isonomia.

*Portanto, esta Casa Legislativa, com certeza, vai reconhecer a necessidade das alterações propostas, bem como a importância da criação de mecanismos que garantam a real aplicação da legislação, razão pela qual peço aos ilustres Pares a aprovação deste Projeto de Lei.*





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

### **ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 01/2021 QUE “Altera dispositivos da Lei nº 4.993 de 2017, e dá outras providências”, de autoria do vereador Manoel Stalin Costa Cordeiro.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento tem como objetivo tanto estender o prazo para propaganda institucional da legislação, bem como, a criação de multa para descumprimento da norma em comento.

A alteração pretendida no art. 3º, qual seja, criação de multa vinculada ao salário mínimo, salvo melhor juízo, é vedada pela Constituição Federal em seu art. 7º, inciso IV, o que torna o projeto inconstitucional.

Não obstante a tal fato, após a aprovação da Lei 5059/2018, que autorizou o Município a celebrar nova concessão e contrato com a COPASA, as questões atinentes à tarifação de serviços, inclusive instalação de eliminador de ar, foram transferidas para a ARSAE/MG, portanto, a alteração pretendida não poderá ser feita da forma como proposta,

Em face ao exposto, somos de parecer que o projeto em questão é inconstitucional e ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 21 de janeiro de 2021.

Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78.605